



**ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência o senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Centésima Décima Terceira Sessão Ordinária, deputado Pedro Kemp.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Número lindo!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aproveito o início da sessão para parabenizar a população da minha querida Sidrolândia, completando 71 anos; de Corguinho e também da querida cidade do deputado Caravina, Bataguassu. Justifico a ausência do deputado Lidio Lopes (CI nº 0018/2024). **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. Bom dia servidoras aposentadas, guerreiras do movimento contra os 14%. Ano que vem será um ano de vitórias, se Deus quiser.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, deputado Pedro Kemp.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para complementar a fala de Vossa Excelência, será um ano de vitórias, mas não só pela derrubada dos 14%... Acompanhei-as ontem na Cassems nessa luta pelo cancelamento do aumento da contribuição. Parabéns!

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — “Ata da Centésima Décima Segunda Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, Estado do Pantanal. Aos dez dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Trinta e Dois da Centésima Décima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagem nº 85/2024, do Poder Executivo; Ofício nº 1.767/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 737/2024, da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 251/2024, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa; Carta nº 1.114/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul; Email da Caixa Econômica Federal; Ofício nº 15.177/2024, da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande; Ofício nº 3.916/2024, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana



de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Paulo Corrêa, Pedro Kemp, Caravina, Paulo Duarte, Antonio Vaz, Lia Nogueira, Junior Mochi, Zeca do PT, Renato Câmara e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Jamilson Name, Zé Teixeira, Roberto Hashioka, Pedrossian Neto e João Henrique. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 220/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei Complementar nºs 14 e 16/2024, de autoria do Poder Executivo; Projetos de Lei nºs 234, 261, 262 e 265/2024, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 266/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de aplauso, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao Centro Cultural Quintal de Palmares, pela organização do Festival Cultural Novembro Negro; indicações, de autoria do deputado Pedro Kemp. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dez de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro”. Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados. Como ontem comentou-se a vitória do Botafogo, com a sua permissão, presidente, antes de ler o expediente, e com a licença do Zeca do PT, o botafoguense mor da Casa, quero dizer: Vai, Corinthians!... Expediente da Sessão Ordinária de 11 de dezembro de 2024. Ofício nº 411/2024, do Poder Executivo, comunicando, com fundamento no § 2º e no caput do artigo 86 da Constituição Estadual de Mato Grosso do Sul, que de 2 a 13 de janeiro de 2025 o Governador do Estado se licenciara de suas funções. Ofício nº 17.66/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3188/2024). Carta nº 1.117/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo a indicação do deputado Zeca do PT (Prot. nº 3262/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Mais uma vez registramos nossos parabéns à querida Bataguassu, completando hoje 71 anos (parabéns, deputado Caravina); também a Corguinho e Sidrolândia. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor secretário de estado de Fazenda, Flávio César Mendes de Oliveira, solicitando estudos no sentido de conceder isenção ou redução de ICMS na aquisição dos recursos de Tecnologia Assistiva. A Tecnologia Assistiva é definida pela Lei Brasileira de Inclusão como produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que tenham como objetivo promover a funcionalidade relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Esse tipo de inovação inclui tanto aparelhos físicos, como cadeiras de rodas, quanto digitais, como softwares de leitura de tela, que de alguma forma consigam suprir a perda de funcionalidade



de pessoas, entre outros. Entretanto, muitas pessoas com deficiência encontram dificuldades de acesso a esses recursos, especialmente aos mais modernos, que, por serem em sua maioria importados, têm custo muito elevado. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, demais presentes a esta sessão. Apresento uma indicação, da qual falarei um pouco mais no Grande Expediente. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente ao senhor secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, com cópias autônomas ao senhor governador Eduardo Riedel e ao senhor delegado da Polícia Civil, doutor Lupércio Degerone Lucio, solicitando a regionalização dos concursos públicos do Estado na área da segurança pública e o adicional de fronteiras, para os próximos concursos realizados pelo Estado, para atender às necessidades específicas de cada região. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente, membros da mesa, demais colegas, servidores aposentados que nos prestigiam mais uma vez — quero parabenizá-los mais uma vez pela luta, e dizer-lhes da nossa solidariedade... Registro, senhor presidente, uma moção de congratulação endereçada a uma igreja aqui de Campo Grande, do estado, pela qual tenho um apreço muito grande. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja enviada moção de congratulação à Igreja Batista Imperial em Células, pelo seu aniversário de 40 anos. A moção, depois de aprovada, deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado Professor Rinaldo, congratula-se com os pastores Henrique Finotto, Élide Finotto, Hernani Borges da Silva e Marcelo Ribeiro, extensivamente aos demais pastores e fiéis, em face da comemoração dos 40 anos da Igreja Batista Imperial em Células. De 19 de dezembro de 1984, data oficial em que foi constituída a 21ª Igreja Batista em Campo Grande, na ocasião com 45 membros, até maio de 1990, esteve à sua frente o pastor Daniel Ferreira da Costa. Desde então o pastor Henrique Finotto está como presidente da igreja, dedicando-se de maneira intensa ao seu chamado, apascentando com muito amor suas ovelhas e influenciando pessoas. A Igreja Batista Imperial atualmente encontra-se com 8.173 membros, entre os quais 38 pastores, 33 pastoras, 19 obreiros, num total de 935 células (hoje com 33 igrejas, sendo 6 na capital e 23 no interior de Mato Grosso do Sul e 4 no estado de Santa Catarina, além de uma célula em Portugal). Sabemos que o melhor de Deus já veio, Jesus Cristo o nosso Salvador, deste modo, almejamos que novos horizontes sejam conquistados, para que o ensino do Evangelho continue entrando nos lares e torne-se realidade em todos os segmentos da nossa sociedade. Presidente Gerson, eu gostaria de registrar a presença do pastor Henrique Finotto e da sua esposa, a pastora Élide Finotto; cito também a presença dos pastores Hernani, Marcelo, Daniel, Wagner e Aline, representando todos os pastores dessa igreja pela qual temos um carinho todo especial pelo trabalho que tem feito no estado e fora dele. É um trabalho brilhante, deputado Pedro Kemp, que faz essa igreja, voltado principalmente para as crianças. Para que Vossas Excelências tenham uma ideia, desde seus primeiros anos de existência, a Igreja Batista Especial em Células tem essa preocupação, porque



investir na criança é trabalhar na perspectiva de um futuro melhor. Nesse sentido eu gostaria de agradecer a presença de Vossas Senhorias, dizendo-lhes que a minha oração é para que os senhores continuem desempenhando de forma muito especial esse trabalho, essa missão tão nobre que Deus lhes confiou. Gostaria também de registrar que hoje, 11 de dezembro, é o Dia Nacional das APAEs, data que se comemora desde o ano de 2001 em homenagem a essa instituição que está completando hoje seus setenta anos (fundada em 11/12/1954). Portanto, ao Toninho, presidente da Apae, gostaríamos de externar nosso sentimento de alegria, nosso reconhecimento pelo brilhante trabalho que há mais de meio século essa instituição vem fazendo em defesa das nossas crianças e, por extensão, da sociedade como um todo. É o que tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais e após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente à senhora prefeita de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópias autônomas ao senhor secretário municipal de Infraestrutura e Serviço Público, Ednei Marcelo Miglioli, e à secretária municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Kátia Silene Sarturi Warde, solicitando a manutenção e limpeza da Praça das Águas, na rua Mar das Caraíbas, bairro Chácara Cachoeira. Indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Hélio Peluffo, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, para que seja viabilizada a construção de uma ponte de concreto armado na MS-435, na divisa entre os municípios de Camapuã e São Gabriel do Oeste. A proposta foi encaminhada ao nosso gabinete pelo senhor Hudson Xavier. A ponte em questão tem experimentado um aumento significativo no tráfego de veículos de carga nos últimos anos. Tal situação tem sobrecarregado a ponte existente, que já não consegue acomodar com segurança e eficiência a passagem desses veículos. Isso não só representa um risco para a segurança dos motoristas, mas também causa desgaste prematuro na infraestrutura da ponte, tornando-a propensa a danos e, conseqüentemente, aumentando-lhe os custos de manutenção. Além disso, a estreiteza da ponte dificulta a passagem de veículos grandes. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, apresento uma indicação e uma moção. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor secretário de estado de Governo e Gestão Estratégica, Rodrigo Perez Ramos, em caráter reiterativo, solicitando obras de reforma completa da Escola Estadual Maria da Glória Muzzi Ferreira, localizada no Jardim Santo André, no município de Dourados. Moção. Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o Plenário, nos termos do inciso XVI do artigo 173 do Regimento Interno, que seja enviada moção de aplauso para a jovem campograndense Betina Bernart Ribas, por seu destaque no cenário do hipismo estadual, tendo conquistado o título de campeã do estado de Mato Grosso do Sul neste ano, na categoria 0,80 centímetros, consolidando-se como uma das promessas do esporte na região. Era só isso, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, população que nos assiste pela TV Assembleia e quem nos prestigia com a sua presença, principalmente a equipe dos aposentados que está sempre aqui conosco. Senhor presidente, faço uso do Pequeno Expediente para apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e ouvido o colendo Plenário, que seja expedido expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel e ao senhor secretário de estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara de Carvalho, por cópias autônomas, solicitando estudo de viabilidade técnica da pavimentação asfáltica da MS-380, no trecho compreendido entre o entroncamento com a MS-379, na Ponta Caí, e a BR-463, via Lagunita, de aproximadamente 26 quilômetros. O presente pleito, que reflete um anseio da população local, foi encaminhado ao meu gabinete por intermédio do prefeito eleito de Laguna Carapã, Itamar Bilibio É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro quero verbalmente apresentar uma moção de congratulação a um grande sul-mato-grossense, filho de Campo Grande. Estou falando do jovem Mateus Martins Silva dos Santos, nascido em 2003 aqui em Campo Grande. Hoje esse jovem é um expoente do time do Botafogo de Futebol e Regatas, campeão brasileiro, campeão da América do Sul, e que agora vai disputar o tal título de campeão intercontinental. Portanto quero apresentar uma moção de congratulação a esse jovem campo-grandense, que cresceu na periferia da capital e que teve, neste ano de 2024, um glorioso tempo da sua vida profissional como futebolista, participando do elenco do Botafogo, sagrando-se, como disse, campeão brasileiro e campeão sul-americano, e agora vai disputar o campeonato intercontinental que se inicia hoje. Em segundo lugar, senhor presidente, tenho uma indicação. Indico à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, bem como ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a elaboração de projeto técnico para a viabilização de pavimentação asfáltica da MS-429, no trecho localizado nos limites do município de São Gabriel do Oeste. A presente indicação tem base em pedidos dos agricultores familiares dos assentamentos Itaqui e Patativa, localizados em São Gabriel do Oeste, os quais alegam que aquela rodovia é fundamental para o escoamento dos alimentos produzidos pelos assentados da região. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental e após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópias ao secretário de estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, ao diretor-presidente da Agraer, senhor Washington Willeman de Souza, bem como ao secretário executivo de Agricultura Familiar, Povos Originários e Comunidades Tradicionais, senhor Humberto Melo Pereira, solicitando a realização de estudos técnicos que viabilizem a implantação de um abatedouro de frango, para atender às necessidades das famílias de agricultores dos assentamentos Itaqui e Patativa, localizados no município de São Gabriel do Oeste. É isso, senhor presidente. Obrigado.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Bom dia, senhor presidente, nobres colegas, público aqui presente fazendo suas justas reivindicações, quem nos assiste pela TV Assembleia. Senhor presidente, tenho aqui um requerimento e algumas indicações. Requerimento. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, conselheiro Jerson Domingos, e ao diretor-presidente do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, senhor André Borges Barros de Araújo, solicitando informações sobre a retomada das obras realizadas na estrada de acesso ao Porto São Pedro, no município de Corumbá. As obras de implantação de revestimento primário na estrada que dá acesso ao Porto São Pedro foram paralisadas ano passado por determinação do TCE, devido à ausência de licença ambiental adequada e aos riscos ambientais associados à intervenção em uma área de sensível importância ecológica dentro do bioma pantaneiro. Recentemente, notícias veiculadas em diversos canais de comunicação informaram que as obras foram retomadas sem a devida autorização ambiental. De acordo com as reportagens, apesar de a Fundação de Meio Ambiente do Pantanal, vinculada à Prefeitura de Corumbá, ter emitido uma licença ambiental em novembro de 2023, fontes do TCE/MS indicam que tal documento não possui validade perante aquela corte de contas. Diante disso, estou requerendo algumas informações para que, nesta Casa, na Comissão de Meio Ambiente, possamos também analisar o ocorrido. Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, ao secretário de estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando a implantação de acostamento na MS-276, no trecho compreendido entre o município de Batayporã e o trevo de acesso para Primavera/SP e Rosana/SP. É um trecho que merece esse acostamento, principalmente por tratar-se de uma estrada de escoamento da produção para outros estados e também por constituir uma ligação turística de toda aquela região até Rosana e Porto Rico. Indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel e ao senhor secretário de estado de Administração, Frederico Felini, solicitando que nos seja encaminhado o projeto de reestruturação e reorganização do plano de cargos e carreiras dos fiscais estaduais de Vigilância Sanitária do estado de Mato Grosso do Sul (e que a elaboração seja feita em conjunto com os servidores). Trata-se de um pleito encaminhado pela Associação dos Fiscais de Vigilância Sanitária do Estado de Mato Grosso do Sul. É um pedido antigo, a medida faz-se necessária para que se possa reconhecer a qualidade do trabalho que toda essa categoria vem prestando a diversos empreendimentos. Aliás o desenvolvimento do estado está alicerçado na Vigilância Sanitária — na questão de carnes, na pecuária, na suinocultura, na avicultura —, e por isso precisamos desses profissionais valorizados, motivados, para que possamos avançar cada vez mais. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Apresento uma moção de apoio a um movimento que se faz hoje aqui em Campo Grande, que acontece neste momento na Câmara Municipal, em defesa da criação da Secretaria



Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres. "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, legítima representante do povo sul-mato-grossense, por proposição da deputada estadual Gleice Jane, aprova moção de apoio à vereadora Luiza Ribeiro e aos movimentos de mulheres de Campo Grande, transmitindo-lhes a seguinte consideração: o Projeto de Lei nº 11.501, de 2024, que dispõe sobre a adequação da administração direta e indireta em Campo Grande e dá outras providências, será colocado em discussão e votação na Câmara, na sessão extraordinária desta quarta-feira, dia 11 de dezembro. Dia 10 de dezembro foi apresentado um substitutivo à proposta original que deslocava a Subsecretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, transformando-a numa pasta de menor relevância subordinada a outra secretaria. Reconhecemos a importância da existência de uma secretaria municipal de políticas públicas para as mulheres, considerando os índices de violência apresentados nos últimos anos pelo Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, bem como pelo Mapa de Feminicídio de Mato Grosso do Sul, além de dados provenientes de inúmeros outros estudos e pesquisas acerca da realidade da mulher no estado. Para além da violência, a luta pela igualdade de gênero é também parte fundamental na elaboração de políticas públicas para as mulheres, de modo que a implementação de uma secretaria municipal de políticas públicas para as mulheres é crucial, considerando a realidade de Campo Grande. Com efeito, uma secretaria que pautasse as especificidades das mulheres impacta diretamente a vida de todos — fortalecendo e reafirmando a igualdade de gênero, acreditando que uma sociedade que cuida de suas mulheres cuida de todos. A presente moção enfatiza o compromisso deste Parlamento em apoiar a luta por igualdade e o enfrentamento da violência contra as mulheres, o que resta firmemente demonstrado pela ação da vereadora Luiza Ribeiro e dos movimentos de mulheres 'Marcha Mundial das Mulheres', 'Rede Feminista de Saúde', 'Articulação de Mulheres Brasileiras', 'Articulação Nacional Formada por Psicólogas, Negras e Pesquisadoras (AMPSINEP)', 'Coletivo Sempre Viva', 'Coletivo de Mães Atípicas' e 'ABMCJMS'. São movimentos que se unem na luta pela criação da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, na certeza de que a existência de um órgão municipal estruturado é capaz de garantir o direito da mulher à igualdade de gênero e o combate efetivo à violência contra ela. Parafraseando Simone de Beauvoir: 'Que nada nos defina, que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância, já que viver é ser livre'." Quero também dar um bom-dia especial aos aposentados que se fazem presentes, sempre animando aqui o nosso plenário e trazendo as pautas importantes do trabalhador. Ontem estivemos acompanhando também a assembleia da Cassems, e o que se percebe é que há uma preocupação grande com os salários, que são baixos, e com as despesas, que são muito altas com saúde. Aliás esta tem sido constantemente uma demanda aqui dos aposentados. Apresento também uma indicação. Indico à Mesa Diretora que, após consulta ao Plenário, seja encaminhado expediente desta Casa de Leis ao senhor Antônio Carlos Videira Rodrigo, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, com cópia ao senhor Rossi Maiorchini, diretor-presidente da Agepen, solicitando que enviem esforços para a realização imediata de concurso público para o provimento de cargos de policiais penais no estado de Mato Grosso do Sul. Esta é uma demanda que venho apresentando aqui já faz alguns dias, há dias venho alertando sobre a necessidade de concurso público. Os servidores reivindicam que o governador atenda às demandas da categoria, que avance nas negociações, porque hoje há uma carência de servidores nas penitenciárias, e os que lá estão muitas vezes se veem obrigados a submeter-se a cargas horárias exaustivas para complementar o salário. São portanto dois problemas: ausência de um bom salário, da valorização do servidor, e também ausência de concurso público... E, presidente, há uma reivindicação da categoria, do sindicato da Agepen (que tem estado aqui constantemente): solicitam a formação uma comissão desta Assembleia para



acompanhar as negociações. Hoje eles estão aqui, e gostariam de saber se a comissão foi criada, quem faz parte dela, quem da Casa poderá acompanhar essa negociação. É uma reivindicação da categoria e eu pergunto à Mesa se seria possível dar-lhe uma resposta agora. Obrigada [aplausos fortes da plateia]...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Na última visita do presidente do sindicato, dos policiais penais, deputada, ficou assentado que a Comissão de Segurança estaria à disposição para isso; inclusive o deputado Junior e a deputada Mara já tinham participado até de reuniões para tratar do tema — ou seja, não foi criada uma comissão específica. O deputado Kemp, é verdade, fez essa solicitação, ao que nós objetamos que qualquer deputado poderia acompanhar a negociação, assim como o pode a Comissão de Segurança. Criar uma comissão específica para esse fim não seria razoável, tendo em vista que estamos nas últimas sessões legislativas. Comissão, hoje: seria para tratar da confraternização do final de ano [a plateia vaia]... Eu não costumo fazer as coisas no improviso; comissão para tratar seriamente os assuntos, tem de ser no começo do ano, para que haja tempo hábil para reunirmo-nos com o governo, tratar com o governo... Enfim, a comissão que está à disposição *agora* para tratar do assunto é a Comissão de Educação, e são os parlamentares que já trataram do assunto, a saber, o deputado Junior e a deputada Mara: estes estão à disposição, e não vejo problema.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, colegas parlamentares, assistentes, público presente; cumprimento os policiais penais, na pessoa do Santiago, presidente do sindicato. Primeiro quero parabenizar três cidades que hoje fazem aniversário de emancipação político-administrativa: Corguinho, Sidrolândia e a minha querida Bataguassu, que faz 71 anos. Então gostaria de aproveitar a audiência da nossa TV Alems e mandar meus parabéns a toda a população de Bataguassu, população trabalhadora, ordeira, que se Deus permitir, a partir do ano que vem, sob nova administração, com a Wanderleia Caravina, vai ainda mais longe — vamos estar próximos lá, auxiliando, para que Bataguassu efetivamente retorne ao patamar de onde nunca deveria ter saído... Com relação a esse assunto, presidente, dos policiais penais, coloco-me à disposição; sou vice-presidente da Comissão de Segurança, já falei também com o Coronel David, já falei com o Santiago, coloco-me à disposição para auxiliar na regulamentação da Polícia Penal; acho importantíssima essa questão, é direito adquirido; precisamos mesmo fazer essa regulamentação. Coloco-me à disposição aproveitando-me da minha longa experiência, muitos anos delegado de polícia, quero auxiliar nisso aí para que possamos regulamentar essa categoria, para que ela possa entregar uma melhor prestação de serviço à população, porque quando eles forem reconhecidos, com a regulamentação da categoria, com condições melhores, com certeza vão cada vez mais prestar um serviço de qualidade, nesse ofício tão importante que é o de fazer a custódia do sistema penal. Conte, portanto, comigo, Santiago, que vamos trabalhar para regulamentar esse assunto de suma importância e urgente — porque a lei já está aprovada há algum tempo e precisa ser regulamentada. Um abraço a todos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Cleide Dalas, vereadora do município de Vicentina; do senhor José da Silva



Duda Machado, vereador presidente da Câmara de Vicentina; do senhor João Ribeiro de Lima, vereador também de Vicentina; do senhor Estanislei Costa, vereador também de Vicentina; do senhor Elder Xiru, vereador do município de Terenos; do nosso amigo André Santiago, presidente do Sindicato dos Policiais Penais de Mato Grosso do Sul; do senhor Gildo Amaral, vereador de Mundo Novo; do pastor Daniel Vieira, vereador de Guia Lopes da Laguna; do senhor Daniel Cabral, enfermeiro de Guia Lopes da Laguna; e do senhor Gabriel Boccia (e esposa), prefeito eleito de Bela Vista. Sejam todos bem-vindos à Casa da Democracia, a Casa do povo sul-mato-grossense. Pela ordem, o deputado João Henrique Catan.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, é apenas para cumprimentar a categoria. Já me sinto orgulhoso de poder chamá-la de Polícia Penal do Estado de Mato Grosso do Sul. Estejam certos de que todos os avanços de vocês contarão com o nosso empenho aqui na Casa, não importa se agora no final do ano, se no começo do outro... O que não pode é a categoria ficar sem regulamentação, e nós vamos trabalhar duro para que vocês possam ter os avanços merecidos na carreira. Contem com este parlamentar [aplausos], que tem orgulho das forças policiais do estado. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE — Com a palavra a deputada Mara Caseiro, no Pequeno Expediente... Com a palavra o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, também quero hipotecar meu apoio à regulamentação dessa categoria. Com a mudança do estatuto de agente penitenciário para policial penal, as responsabilidades desse profissional aumentam. Tenho conversado muito com o Santiago, eu sou muito de conversar no particular; ontem mesmo intervim na Secretaria de Segurança relativamente a um pedido que o secretário fez, que não pode um policial penal deixar de trabalhar na segurança para acompanhar detento na prova do Enem. O secretário me disse que isso não tem nenhum problema, que se precisar a Polícia Militar vai lá auxiliar, que é um direito do preso fazer o exame do Enem dentro das penitenciárias. Então, Santiago, você que é amigo meu de muitos anos, quero hipotecar o meu apoio para que caminhe o mais rapidamente possível a regulamentação dos direitos adquiridos dos policiais penais do nosso estado [forte aplauso]...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, bom dia, nobres pares. Meus cumprimentos aos servidores da Polícia Penal, aos servidores aposentados sempre aqui presentes, lutando por mais conquistas, e vocês merecem. Senhor presidente, antes de fazer a leitura do meu expediente, gostaria de dizer ao Santiago, a todos que fazem parte da Polícia Penal, que já viemos conversando a respeito da questão. O deputado Junior Mochi e eu já estivemos reunidos com o secretário Frederico Felini; veio-nos uma proposta, porém não a contento. Ontem o secretário estava em Brasília, estamos tentando marcar uma reunião ainda hoje com ele para conversarmos um pouco mais, que sabemos da importância da Polícia Penal para a segurança pública do estado. Nós acompanhamos a luta, o trabalho de vocês, Santiago, você sabe disso, só que não se pode vir aqui com um discurso apenas para ser aplaudido. Seja como for, nós queremos junto com vocês encontrar uma solução — para tanto eu me coloco à disposição para ajudar, não tenha dúvida disso. Não podemos perder nenhuma oportunidade de dialogar com o governo, para que possamos chegar a uma proposta que atenda, dentro das possibilidades, aos anseios da Polícia Penal. Coloco-me, portanto, à disposição; estamos tentando, como disse, uma



agenda ainda hoje com o secretário Felini, para que possamos evoluir nas pautas que vocês nos trouxeram, Santiago. Então contem comigo, contem com o nosso apoio, mas tudo com muita responsabilidade — quero deixar bem claro isso [aplausos]... Tenho ainda duas indicações. Indico à Mesa, nos termos regimentais e ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agraer, Whashington Willeman, solicitando a disponibilização de uma patrulha agrícola mecanizada para o atendimento dos pequenos produtores rurais do município de Costa Rica. Este é um pedido formulado pelos vereadores Lucas Gerolomo, Rosângela Marçal, Averaldo da Costa, Professora Manuelina, Adair de Oliveira, Ailton de Amorim, Alecksander Pimenta, Arthur Baird, Evaldo Garcia e Rayner Santos, lá de Costa Rica. Outra indicação, presidente, direcionada ao governador e ao secretário de Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando a disponibilização de viaturas caracterizadas para atender a Polícia Civil do município também de Costa Rica. É um pedido também dos vereadores já mencionados. Feitas minhas indicações, presidente, também quero registrar que ontem tivemos uma reunião com a cadeia produtiva da pesca, reunião esta chamada pelo deputado Zeca do PT. E devo dizer que foi uma reunião muito produtiva; ouvimos vários pescadores, vieram representantes de várias colônias, veio representante da Superintendência da Pesca, veio representante da Semadesc, do Imasul, o Arthur... Bem. O Conpesca é um conselho que delibera acerca de todas as mudanças, das necessidades do setor, e não só das que dizem respeito ao pescador profissional: estão ali representadas todas as frentes, seja do turismo, seja das pousadas. No Conpesca então são tomadas as decisões que em seguida são enviadas ao governador, e este então decide se acata ou não, dentro das possibilidades, as decisões do conselho. Mas ontem, o que ficou muito claro?... Eu respeito o posicionamento do Neno Razuk, sua decisão de entrar com esse projeto de lei, é um direito dele; mas entendo que esse projeto da pesca é por demais abrangente: não dá para num piscar de olhos, sem debate, sem ouvir todos os implicados, aprovar (ou reprovar) um projeto como esse... O que foi liberado lá, governador Zeca? O segmento deliberou que concorda com uma nova lei da pesca, mas desde que não seja empurrada goela abaixo: que seja debatida, que sejam ouvidos todos os atores da cadeia da pesca. Ou seja, a nossa proposta é que a partir do ano que vem, deputado Renato Câmara, Vossa Excelência que é presidente da Comissão do Meio Ambiente, possamos construir uma nova lei da pesca, mas ouvindo todos os segmentos, sem excluir ninguém. Ficou decidido também que vamos conversar com o governador Riedel no intuito de lhe mostrar as necessidades desse setor tão importante. Era apenas isso, ano que vem recomeçamos a discussão. Obrigada, presidente.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu queria lembrar à deputada Mara que há uma decisão do início de fevereiro relativa à pesca do dourado. Ficou definido na lei do ano passado que ao final de um ano deveria ser apresentado, pelos órgãos competentes do governo do estado, um estudo sobre o qual nos basearíamos para decidir pela manutenção da lei que proíbe a pesca do dourado, ou pela liberação; e esse assunto vence em fevereiro. Lógico que são assuntos ligados, mas são decisões distintas. O projeto de lei, que inclusive está na minha relatoria, foi apresentado pelo deputado Neno Razuk... Mas a lei do dourado também tem o prazo estipulado, que é fevereiro. Então o assunto, a partir do ano que vem, é urgente.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, queria complementar a fala da deputada. Primeiro quero assinalar a representatividade que tivemos ontem em nossa reunião, com a presença com certeza da grande maioria das colônias de pescadores, com a presença também da Federação dos Pescadores Profissionais, com a representação do governo federal, através da Superintendência da Pesca, e do governo do estado, pelo Imasul. Acontece que todo mundo foi apanhado de surpresa... Evidentemente, como bem lembrou a deputada, não se pode negar a legitimidade clara, indiscutível, que tem o deputado Neno Razuk, querido companheiro, para apresentar aquilo que lhe convier — mas eu quero reforçar a necessidade de um debate mais abrangente. A deputada Mara e eu nos comprometemos a abrir um diálogo com o governador do estado, vamos nos permitir viajar, dialogar com as colônias e elaborar uma proposta definitiva, Paulo Corrêa, de uma lei de pesca para o estado, para não ficarmos à mercê, tempo vai, tempo vem, de projetos que peguem todo mundo de calça curta. Portanto gostaria de cumprimentá-lo, presidente, por sua presença de espírito ao não permitir o debate açodado desse projeto, que não contribui para acalmar o estado nem muito menos o setor da pesca (empresários, pescadores profissionais ou não)... É isto, entendemos que a partir do ano que vem temos de elaborar uma proposta definitiva para submeter a esta Casa. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Meus caros deputados Zeca, Caravina, Mara (e João Henrique, que fez um requerimento de urgência), gostaria de lembrar-lhes que nós, por consenso, chegamos à conclusão de que esse debate deve ser feito a partir do início do ano que vem — com a anuência inclusive do próprio autor da lei, o deputado Neno Razuk. De maneira que falar em açodamento, em discussão no atropelo, não procede; é preciso tomar um pouquinho de cuidado. O próprio deputado Neno concorda que precisa mais debate... Ele apresentou o projeto mas não pediu urgência, não pediu para votar no outro dia, abriu para a discussão, para audiência pública, para ouvir o trade turístico, pescadores... Então, repito, foi o próprio autor do projeto que comunicou esta presidência de que não havia essa pressa toda, que o projeto podia, sim, ser melhor estudado.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Primeiramente quero dizer que vi o vídeo da reunião de ontem do nosso querido ex-governador, o deputado Zeca... Deputado Zeca, eu escutei o senhor falar que representou a maioria aqui, que a grande maioria esteve presente. Não é verdade (não que o esteja chamando de mentiroso, jamais faria isso), o senhor excluiu os pescadores, o senhor excluiu a classe do turismo, que são a grande maioria e que querem ver os nossos rios preservados. O meu projeto não quer prejudicar ninguém, pelo contrário, quer é favorecer o meio ambiente, quer favorecer o turismo de Mato Grosso do Sul, que está acabando. Está acabando! Ninguém mais pesca aqui, várias pessoas daqui viajam longe para pescar, porque nossos rios não têm mais peixe. Não têm mais peixe! Estão acabando com os peixes!... E o meu projeto, queria que fosse votado, sim, queria que fosse votado ontem, para favorecer o nosso meio ambiente, para favorecer o nosso estado... só que eu concordo que haja uma discussão mais



detida, concordo que todas as partes têm de se pronunciar. Mas não através de ataques como os que venho sofrendo, depois da reunião, de muita gente — de pescador profissional, 100% pescador profissional que entraram na minha rede social para me bater. Podem bater: eu não vou retirar o projeto! Por nada! Não vou retirar esse projeto, esse projeto vai acontecer, tenho certeza que todos querem o bem de Mato Grosso do Sul, tenho certeza que vocês vão escolher o melhor para Mato Grosso do Sul. Esse projeto visa a favorecer o turismo, o crescimento econômico; um peixe do rio pescado pelo turista vale mais de dezoito vezes o peixe vendido na banca... Pelo amor de Deus! Vocês sempre tiveram a pauta de preservar o meio ambiente, agora vocês querem destruir o meio ambiente?!... Eu vou manter o projeto, e tenho certeza que aqui nós vamos escolher o melhor para Mato Grosso do Sul. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um pouquinho, gente...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um minutinho, Vossa Excelência já falou pela ordem, falou a deputada Mara... O pela ordem é para discutir o Regimento, vocês o estão usando para fazer debate, e não pode, deputado Zeca... É que esta presidência, como sempre, é benevolente, democrática, ouve sempre todo mundo, mas nós não estamos debatendo esse assunto aqui. Então o pela ordem, só se for para discutir o Regimento.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Claro... Só queria me desculpar com o deputado Neno Razuk se eventualmente pareci mais agressivo; não tive essa intenção... Claro que entendo também que o deputado Neno Razuk e seus parceiros (diria até colaboradores) estão exaltados, o que é natural, é fim de ano, a gente está cansado... Vamos deixar para discutir no segundo semestre do ano que vem. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente... Como foi citada a questão do requerimento de urgência, cumpre esclarecer que eu e mais oito colegas somos os autores do requerimento de urgência. O requerimento já deveria ter sido votado; o deputado Neno Razuk já explicou que está aberto ao diálogo; e nós também entendemos, presidente, que quanto maior a discussão, maiores serão as garantias que lograremos colocar. Gostaria entretanto que as pessoas entendessem que a tramitação em regime de urgência se dá pela razão já aduzida pelo deputado Caravina, isto é, que a partir de fevereiro teremos um vácuo legislativo na questão. Então, que comecemos o próximo ano tratando logo, como primeiro assunto, dessa pauta.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Compromisso da Mesa nesse sentido.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deixem-me primeiro cumprimentar o senhor Ângelo Aparecido Gonçalves, vereador de Coxim; e queria também fazer um comentário sobre Polícia Penal. Nós tivemos a apresentação pelo deputado Coronel David, o Santiago é testemunha, da PEC que criou a Polícia Penal em 2019, tendo como relator o deputado Barbosinha;



depois de um ano e pouco de debates, a relatoria da PEC passou ao deputado Gerson Claro, que fazia parte da Comissão de Constituição e Justiça. Nós então da CCJR, mais o Santiago, começamos uma negociação com o governo até chegarmos a um consenso, até chegarmos a uma redação capaz de criar de fato a Polícia Penal, o que finalmente veio a acontecer em 2021. Então que fique claro: desta Mesa, desta presidência, deste Parlamento, vocês têm todo o apoio. É o modelo nosso, de trabalhar com resolução, e dando resultado. Então, a PEC foi nesta Casa que nasceu, foi esta Casa que criou a Polícia Penal. Sempre a partir do diálogo, e assim vamos continuar; vamos continuar trabalhando para os senhores agora na regulamentação. Podem contar com esta Casa [aplausos]...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, a deputada Gleice.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, só gostaria de dizer que eu também tenho uma emenda acrescentada no projeto de lei do deputado Neno Razuk; nós também estamos preocupados com o bem-estar animal, inclusive acerca do pesque-solte há uma preocupação com a saúde do peixe, que é pescado sem uma regulamentação nesse sentido. E concordo que precisamos fazer um grande debate no próximo ano, respeitando aí o tempo da Casa, do Regimento. Este é um debate que diz respeito também à saúde dos rios, à saúde da água, do meio ambiente, com certeza o é, em todo caso não existe uma nota técnica ainda, científica, que comprove a necessidade da proibição, muito pelo contrário: a informação que temos é que para que haja uma investigação científica é necessário que o peixe esteja livre. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com certeza, com os ânimos mais tranquilos, não é, deputado Zeca?... Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 4033/2024, 4032/2024). De autoria do deputado João Henrique: dezessete moções de aplauso (Prot. nºs 4054/2024, 4055/2024, 4056/2024, 4061/2024, 4060/2024, 4059/2024, 4058/2024, 4057/2024, 4053/2024, 4050/2024, 4045/2024, 4046/2024, 4044/2024, 4049/2024, 4048/2024, 4047/2024, 04042/2024). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nº 04023/2024, 4023/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 4031/2024); dois projetos de lei (Prot. nºs 4030/2024, 4029/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: quatro indicações (Prot. nºs 4019/2024, 4022/2024, 4021/2024, 4020/2024). De autoria do deputado Lidio Lopes: um projeto de lei (Prot. nº 04062/2024). De autoria do deputado Lucas de Lima: duas indicações (Prot. nºs 04037/2024, 4036/2024); uma moção de aplauso (Prot. nº 4071/2024). De autoria do deputado Neno Razuk: duas indicações (Prot. nºs 04025/2024, 04041/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 4038/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: três indicações (Prot. nºs 04067/2024, 04064/2024, 4063/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de congratulação (Prot. nº 04035/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 04039/2024); duas moções de congratulação (Prot. nºs 4070/2024, 04040/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro indicações (Prot. nºs 4066/2024, 4065/2024, 04012/2024, 04013/2024); um requerimento (Prot. nº 4068/2024); três moções de pesar (Prot. nºs 4069/2024, 04014/2024, 4015/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 04027/2024); uma moção de aplauso (Prot. nº 4026/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 04052/2024, 04051/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº



04034/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte, que vai fazer um grande pronunciamento.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Presidente, em que pese o brilhantismo com que Vossa Excelência sempre conduz os trabalhos nesta Casa, eu vou passar a vez... Eu entendo que nós temos de ter uma compreensão... sim, porque o Grande Expediente está acabando, agora o pela ordem virou debate. Às vezes o que você vai falar depende duma questão de *timing*, de oportunidade. Então, colegas, ou usamos o pela ordem para discutir realmente só questões regimentais, ou acabemos de vez com o Grande Expediente... Porque acabou o Grande Expediente! Eu não vou falar hoje!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência está abrindo mão?... Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Deputado João Henrique; cinco minutos, deputado, não vou ultrapassar o tempo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — sem revisão do orador - Senhor presidente, colegas deputados, como diz o deputado Paulo Duarte, às vezes tudo é uma questão de *timing*. Mas eu quero falar, presidente, da assembleia da Cassems de ontem, à qual estive presente. Começo dizendo que o presidente da Cassems, que é médico, cardiologista, esqueceu o juramento que fez de proteger e tratar as pessoas com dignidade... Porque é inadmissível deixar as pessoas ficarem num lugar sem luz, sem ar-condicionado, num calorão, sendo revistadas, humilhadas, tratadas como se animais fossem, sem lhes oferecer água, comida, nada, quando, nos eventos luxuosos da Cassems, se oferece de tudo, tudo custeado com o recurso do servidor. E tudo por medo de perder, de ser derrotado na assembleia. Isto é próprio de quem está acostumado a ditar regras, a levar as pessoas lá para votar, numa espécie de cabresto eleitoral, para fraudar o sistema eleitoral. O presidente estava acostumado a ver lá 300, 400 pessoas decidindo a vida de 215.000 pessoas... Mas ontem foi surpreendido por mais de três mil pessoas, pessoas corajosas. Muitos foram barrados na porta, porque já se sabia que aquela quantidade de gente estava ali para protestar, era para votar contra os desmandos que estão acontecendo dentro da Cassems. Eu quero exibir um vídeo no telão (vou colocar também nas minhas redes). A maior preocupação de ontem dos servidores era conseguir votar... Este senhor [que aparece no vídeo] foi expulso, eu vi e pedi para a minha equipe filmar, puxado pelo braço... E sabe por que, presidente? Sabem por que, colegas deputados? Porque estava ali — assim como estava uma senhora de 92 anos! — há mais de sete horas sem se alimentar, sem tomar água. Reparem no vídeo que ele está com uma sacolinha plástica... Tiraram-lhes a comida para ver se tiravam também o ânimo desses servidores. Mas não! Eles ficaram até o último minuto para votar, tudo contra o Ricardo Ayache. E mais. Estavam com medo dos 35 reais, da questão do cônjuge, dos dez reais de acréscimo. Estavam com medo dos trinta e cinco! Vejam este outro vídeo. Este imóvel ocupa três terrenos, cada um R\$ 600 mil, tudo propriedade do senhor Ricardo Ayache. Trinta e cinco funcionários estavam lá para construir para ele um palacete. Sem prestar contas da Cassems. Sem prestar contas a esta Casa, que por lei transferiu R\$ 60 milhões para ele, e até o presente momento restam ainda mais de R\$ 11 milhões sem prestação de contas (Vossa Excelência tem conhecimento disso, presidente, porque comuniquei à Casa)... Mas são só onze de sessenta milhões que o governo deu, quando estamos falando de um orçamento de mais R\$ 1,2 bilhão, e não há nenhuma auditoria! Como que pode uma empresa de capital social — e aí ele me pergunta na Justiça, e eu vou ter prazer em respondê-lo — de 30, 50 mil reais auditar outra de R\$ 1,2 bilhão?!... Ora, há algo de muito errado nisso. E todos os anos, deputado Pedrossian Neto, Vossa Excelência que é economista, é a mesma



empresa que audita; e multa, é verdade, por vezes a pessoa jurídica, mas os sócios são interligados. Aliás, falando em sócios, são sócios do presidente nas empresas em oncologia; e são proprietários de aeronave, conforme denunciei aqui nesta Casa, são proprietários de valores estratosféricos e milionários. Ele se justificou dizendo que fez na vida mais de cinco mil consultas... Ora, cinco mil consultas, mesmo que a mil, dois mil reais cada, não constroem o palácio de três andares que ele está construindo, conforme vemos nessa imagem, e sem prestar contas da sua gestão. Aliás ontem muitas pessoas o estavam defendendo ali, pessoas que têm contratos que não são auditados, que recebem para estar lá. Então eu queria dizer que esses imóveis, essas fazendas, essas transações familiares ou interligadas por vínculos societários, tudo isso precisa aparecer...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado. Um minuto.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Tudo isso precisa aparecer, presidente, numa CPI. Se há a telemedicina atendendo a distância, por que não permitir que essas 50 mil, 60 mil, 200 mil pessoas votem e participem, aumentando a legitimidade das decisões tomadas dentro da Cassems? Por que não permitir que o próprio segurado decida se quer ou não pagar por um plano que, segundo o senhor Ayache, é diferente, que tem as maiores garantias, os maiores privilégios. Sim, é um plano que não tem inadimplência, porque o servidor não tem a opção de deixar de pagar. Ou seja, os servidores foram tratados naquela assembleia de maneira escancarada, como todo mundo que procura sua consulta médica vem sendo tratado. É a questão dos descredenciamentos, para concluir, presidente, da oncologia, da oftalmologia; é a questão dessas empresas que estão vindo de fora e que não trazem os contratos... Em apenas um contrato de odontologia ao qual tive acesso...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para concluir, deputado, por favor!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ...esse caso demonstra que ele contratou algo cinco vezes mais caro. Então nós precisamos urgentemente, senhor presidente, assinar aqui nesta Casa uma CPI para investigar o presidente da Cassems, porque uma das mudanças que ele propôs na assembleia ontem, que lhe foi negada, foi a de tirar a Assembleia como patrocinadora, no estatuto, além do governo do estado, e por quê? Porque isso nos dá maior legitimidade para fiscalizá-los. Então, para concluir, senhor presidente (desculpe, mas meu tempo realmente foi muito curto), é o seguinte. Ontem vocês votaram não para tudo, inclusive contra a reeleição indefinida, o que é estranho... Mas pensando bem, não é tão estranho assim, afinal foi uma proposição da diretoria dele. Porque ele às pressas mudou...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ...a ata para que não se pudesse votar o aumento, como quem diz "não era isto que estava previsto"... Então vocês fizeram bem em mandar uma mensagem e votar contra toda a gestão dele. Não ao senhor Ricardo Ayache! Terei mais tempo de falar disso noutra oportunidade. Obrigado pela compreensão, senhor presidente. Fora Ayache! Sim à CPI da Cassems! [forte aplauso da plateia]...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Queremos registrar e agradecer a presença do vereador Peter Saimon, de Cassilândia. Queria fazer um convite aos colegas



parlamentares, aos servidores e a quem nos acompanha: hoje no final do dia, às 17h30, teremos a nossa Cantata de Natal (foi linda ano passado). Nosso coral de servidores vai presentear a comunidade com músicas que nos tocam o coração, que nos inspiram a cultivar o amor, a fé e a esperança. Desde já agradeço ao maestro Nilo Cunha, à doutora Marlene, que mantêm viva por mais de vinte e um anos a tradição deste coral. O Natal nos convida a olhar para o próximo com mais empatia, pois cada um de nós carrega a centelha divina dentro de si. É com esse espírito que reforço essa mensagem de otimismo. Que possamos superar as dificuldades do dia a dia, com o apoio de nossas famílias, com a força da nossa espiritualidade e com a certeza de que juntos somos mais fortes... Portanto hoje, às 17h30, aqui na rampa de acesso a Assembleia, a Cantata de Natal, conduzida pelo nosso coral... Está encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM do DIA**. Solicito ao segundo-secretário que faça a verificação de quórum.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, estão todos os deputados presentes, havendo portanto quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Como ocorreu em todas as sessões deste mês, temos todos os deputados presentes. Agradeço-lhes portanto o empenho, especialmente nas comissões... Agradecemos a presença dos vereadores Jefferson Lopes (o Jefinho), Joel Cardoso e Antônio Francisco, do município de Itaquiraí; do vice-presidente da Câmara de Mundo Novo, vereador Kaudi Nage, e do vereador Evaldo Carlos, de Mundo Novo. Vamos então à Ordem do Dia. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 017/2024. Autor: Poder Executivo. "Acrescenta e altera a redação de dispositivos da Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, nos termos que especifica." (Para fins de reestruturar o concurso público da Polícia Civil.) A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável por unanimidade, ao projeto e às Emendas aditivas 01 e 02 e à Emenda Supressiva 03, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável por unanimidade, ao projeto e às Emendas aditivas 01 e 02 e à Emenda Supressiva 03, tendo como relator também o deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 017/2024 de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final, calendarizada para amanhã. Item 2. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 273/2024. Autor: Poder Executivo. "Acrescenta e altera a redação de dispositivos da Lei nº 6.035,



de 26 de dezembro de 2022; altera a redação de dispositivo da Lei nº 2.153, de 26 de outubro de 2000, e dá outras providências." A Comissão Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Saúde emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Lucas de Lima. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 273/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 273/2024. Autor: Poder Executivo. "Institui o Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado de Mato Grosso do Sul (FSPSM/MS)." A Comissão de Segurança Pública e de Seguridade Social emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Para discutir, senhor presidente

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o nobre deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Com a reforma da previdência, os militares foram retirados do sistema comum da previdência, e portanto, aqui no Mato Grosso do Sul, os militares deixaram de fazer parte da Ageprev e recebem agora sua aposentadoria diretamente do Tesouro do estado. Então, criando esse fundo, o governo cumpre uma determinação legal, inclusive com o compromisso do governador Eduardo Riedel de, no início do próximo ano, já mandar para esta Casa um projeto de lei instituindo o sistema de proteção social dos militares de Mato Grosso do Sul, contemplando assim a lei federal e a reforma da previdência. Somente isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Explicado, deputado. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 0274/2024, de autoria do Poder Executivo.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.



DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 015/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 87, de 31 de janeiro de 2000, que dispõe sobre o Estatuto dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Educação, Cultura, Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Supressiva 01 e à Emenda Modificativa 02, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Supressiva 01 e à Emenda Modificativa 02, tendo como relator o deputado Coronel David. Em discussão.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Esse projeto, que foi amplamente discutido e negociado com o governo do estado, faz uma alteração no estatuto dos profissionais da educação básica do estado de Mato Grosso do Sul, inclusive trazendo algumas vantagens para os servidores administrativos. O texto original previa o aumento da carga horária dos professores para até sessenta horas, mas esse dispositivo foi retirado do projeto, através de uma emenda — tudo isso negociado com o sindicato. Estamos aí diante de uma conquista histórica dos servidores administrativos. Quero registrar inclusive a presença aqui no plenário do Wildes, que é presidente do Sinted de Campo Grande; da Lina, que é também do setor dos administrativos da Fetems. Parabéns a todos os servidores administrativos da educação, é uma grande conquista agora no final do ano, começando o ano que vem já com o recebimento de algumas vantagens, mais do que justas, essa categoria que tem um dos menores salários do estado. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Quero aqui declarar o meu voto favorável a esse projeto, é um projeto importante para a categoria da educação, para os servidores administrativos. Desde o ano passado há uma movimentação da categoria e a expectativa de que fossem atendidas suas reivindicações, infelizmente o governo atrasou e somente agora vem se consumir essa vitória. É um projeto importante para garantir aos servidores administrativos uma melhor qualidade de vida, que estão na escola e que têm um papel estratégico no desenvolvimento educacional do estudante na escola pública. Então quero parabenizar os servidores pela conquista, isto é resultado



de uma luta da categoria: a luta sempre vale a pena. Está de parabéns toda a categoria, aqui representada pelo Wildes e pela Idalina neste momento. Meu voto é sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 015/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.



DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final. Item 5. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 158/2024. Autor: deputado Caravina. "Dispõe sobre a obrigação de previsão de acostamento na elaboração e contratação de projetos de engenharia para execução de novas obras de pavimentação asfáltica nas rodovias estaduais." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 02, tendo como relator também o deputado Roberto Hashioka. Em discussão.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Mais uma vez gostaria de destacar a importância desse projeto e pedir o voto dos colegas. E queria também agradecer a rapidez, a eficiência da Comissão de Obras Públicas e da Comissão de Finanças, em especial ao relator, o deputado Hashioka, o que nos permitiu votar hoje o texto... Amanhã votamos a redação final, certo, presidente? — lembrando que o projeto só vale depois de seis meses (tem uma vacância de 180 dias) — para que os novos projetos possam ter esse acostamento, de revestimento primário, de grama, mas que haja uma estrutura de acostamento capaz de evitar, tenho certeza que vai, muitos acidentes frontais, muitos acidentes de batida traseira, já que, como está hoje a situação, muitos motoristas acabam tendo de parar na pista de rolamento. Então é um projeto importantíssimo; quero agradecer também a compreensão do governo do estado, e principalmente o apoio da Mesa Diretora e dos demais colegas. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Senhor presidente, para declarar o voto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar, o deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Declaro o meu voto sim, presidente, e, mais importante ainda: cumprimento o deputado Caravina pela importância do projeto. Nós deputados, que viajamos muito pelo estado, sabemos o quanto faz falta um acostamento na rodovia, e o quanto que a presente medida, se devidamente cumprida, vai salvar de vidas aqui em Mato Grosso do Sul. Parabéns, deputado Caravina.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 158/2024, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.



DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns, deputado Caravina! Aprovado. Vai à redação final. Item 6. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 238/2024. Autor: Tribunal de Contas do Estado. "Altera dispositivos da Lei nº 3.877, de 31 de março de 2010, que dispõe sobre a consolidação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamentos emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. Em discussão... Destaco que este projeto abre as portas do concurso do TCE ano que vem; o Tribunal de Contas já está com a regulamentação publicada (acho que anteontem)... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 238/2024, de autoria do Tribunal de Contas do Estado.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).



Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao senhor segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 7. Em redação final. Projeto de Lei nº 234/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.615, de 14 de dezembro de 2020, nos termos que especifica." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão a redação final. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 234/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.



DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final. Vai ao Expediente. Item 8. Em discussão única. Projeto de Lei nº 233/2024. Autora: Mesa Diretora. "Revoga a Lei nº 2.852, de 18 de junho de 2004, que declara de Utilidade Pública Estadual a Fundação Tuiuiú, com sede e foro no município de Campo Grande/MS." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. A Comissão de Controle da Eficácia Legislativa e Legislação Participativa emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Zé Teixeira. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 233/2024, de autoria da Mesa Diretora.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).



DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Vinte e dois votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Não esqueçam, senhores deputados: hoje às 17h30 temos a nossa emocionante Cantata de Natal. Item 9. Em discussão única: 17 indicações, 01 moção e 05 moções de congratulação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Item 10. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Maria Lucila Regis; e proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento do senhor João Francisco Chacarosqui. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Peço empenho dos senhores, esforço concentrado para encerrarmos as votações amanhã, porque o plenário semana que vem não poderá ser utilizado. Amanhã temos redação final de dez projetos... Acho que não será preciso Sessão Extraordinária, mas se precisar, nós vamos marcar. Se as comissões trabalharem bastante, nem extraordinária precisa, deputado Zeca.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para registrar que o vereador Zuza, do município de Itaquiraí, faz-se presente, prestigiando a nossa sessão, senhor presidente.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Queria registrar a presença do vereador Zé Martins, lá da nossa querida Eldorado; da vereadora Janete, de Amambai; e do vereador Zuza, já citado. Sejam bem-vindos. É isso, senhor presidente. Obrigada.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, só para comunicar a Vossa Excelência e a esta Casa que eu saio daqui para me concentrar. Depois do Brasileiro, da Libertadores, nós do Botafogo Futebol e Regatas queremos conquistar o troféu intercontinental. Vamos vencer o Pachuca e quem mais aparecer. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns, deputado Zeca. Viva o Glorioso! Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado João Henrique. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PSDB) — sem revisão do orador — Eu quero apenas continuar, senhor presidente, a minha fala sobre a assembleia da Cassems de ontem. Não



há como não se indignar com aquilo que testemunhamos ali. Colegas parlamentares, Vossas Excelências são os representantes maiores do estado. Havia idosos com 92 anos, titulares, que foram lá apenas para votar, para se manifestar contra, com medo de mais uma vez verem-se surrupiados no seu salário, e de maneira compulsória, porque você não tem escolha — são duzentas, trezentas pessoas que chegam de ônibus, carregados por não-sei-quem, e isso de repente influi no contracheque de todo mundo. Então o que vimos foi um levante, e Vossas Excelências precisam saber disso... Vi uma senhora andando sem bengala, andava apoiada em outra senhora... uma das coisas mais lindas ali! Sete horas! O presidente da assembleia inscrevia e inscrevia gente, criava regras e regras de resposta para cansar as pessoas, para fazer com que apenas aqueles que sempre aparecem de ônibus pudessem votar, deputado Pedro Kemp, pudessem decidir o futuro de mais de duzentos mil servidores. Pois o presidente da Cassems teve a coragem de chamar de golpistas as pessoas que estavam protestando contra a atitude draconiana, ditatorial dele... Mas a cara de pau dele, a bandidagem que foi feita ontem, isso precisa ser denunciado aqui nesta tribuna. Ele convocou, sim, de maneira genérica... Mas todo mundo sabia, está na imprensa, está nos principais periódicos do estado (*Midiamax, Correio do Estado, Campo Grande News*)... alteração para influir na contraprestação dos servidores. Mas aí, deputado Pedro Kemp, percebendo que ia perder, que não havia cédulas para registrar essas pessoas, para elas poderem votar, na maioria visual (sic), decidiu de última hora mentir, chamar de golpistas essas pessoas que saíram de Ponta Porã, Corumbá, Dourados, Bataguassu, deputado Caravina, e vieram para Campo Grande! Chamar essas pessoas de *golpistas*?! submetê-las à revista?... Era mulher abrindo bolsa, as mulheres demoravam para entrar, deputada Gleice, a senhora viu isso lá. Homem entrava mais rápido, mas mulher... eles abriam a bolsa para ver se tinha uma arma. E sabe qual era a arma que o presidente acabou encontrando lá? Coxinha e salgadinho, água, era isso que estava dentro da bolsa, da mochila dessas pessoas, que já não estavam aguentando parar em pé, submetidas àquela tortura de escutar tanta mentira! Queriam com isso ver se as pessoas desistiam e iam embora, para ganhar no tapetão com os que iam ficar lá — estes que recebem algum tipo de incentivo, ou pressão, para estar lá e votar de acordo. Isto foi o maior golpe que já vi; mas foi uma vitória de Pirro, porque ele saiu derrotado em todas as proposições. Como se isso não bastasse, vocês precisavam ver a cara dele de ironia, deboche, desprezo, desrespeito, dando risadinha, contando piadinha, fazendo isso com as pessoas que estavam lá preocupadas... Claro que 35, 45 reais, para quem está construindo uma casa num terreno de mais ou menos R\$ 1,8 milhão, para alguém que vai edificar aí uns três pavimentos ao custo de mais uns quatro, cinco milhões, claro que para uma pessoa assim 35 reais não parece significar nada mesmo. Para quem tem uma aeronave, isto não parece nada, isso dá talvez para abastecer 10 ml de querosene de aviação (que aliás está caro, há muito imposto ali). Não sei se era pelo tanto de botox, ou de ácido hialurônico naquela cara quadrada, mas não dava para disfarçar o medo por detrás dessa covardia, dessa ironia, dessa sátira... Bandidagem! Fraude!... Submeter essas pessoas, esses idosos a uma coisa dessas?!... Presidente, você é cardiologista! Você queria o quê? que três mil pessoas fossem atendidas onde? Depois na Cassems, numa empresa da qual o senhor também é sócio? O que que o senhor queria, fazer um teste cardíaco naquelas pessoas?! Porque eu sofri ali dentro... e fui escolhido por aclamação ali num determinado momento — quando a coronel Neide chama alguém para representar os insatisfeitos —, para intermediar uma tentativa de acordo. Subi então ao palco, tentaram me tirar, e eu disse que não sairia... Aliás aquilo ali é prédio público, onde qualquer deputado tem passe livre para fiscalizar, ainda mais porque o Legislativo é órgão patrocinador da Cassems, assim como o Executivo... Isso tentou ser mudado no estatuto, mas aqui ele também perdeu, votaram contra. Mas saí dali, mesmo muita gente gritando "fica, fica, deputado!", a deputa Gleice foi testemunha disso, para que ele não cancelasse a reunião sob o argumento, o subterfúgio



covarde de que a reunião estava descambiando para o tumulto. Mas não, eu estava ali apenas para apoiar as pessoas que sempre me pedem apoio, compreensão. Por isso precisamos apoiar a instauração dessa CPI, temos de investigar, deputada Gleice, os contratos. Nós doamos R\$ 60 milhões para a Cassems! E ontem ele disse que isso era uma compensação. Que compensação?! se ele não consegue prestar contas até hoje para mim: eu tenho as provas todas aqui. Desses 60 milhões, onze ele não sabe explicar como gastou... Não entrega os contratos, não entrega a nota. São 60 milhões, de dinheiro público! Agora imaginem vocês como não será com a sua obrigação de prestar contas de R\$ 1,2 bilhão de reais! Pois ele tentou mudar isso ontem no estatuto. Então quero pedir para que seja colocado em nosso telão as alterações, para explicar para vocês o que o jurídico dele tentou ali às pressas impingir aos servidores (parece-me que o jurídico teve trabalho para pensar em alguma coisa, teve de ser criativo). Umas das coisas eram [artigo 7º]: "A Cassems é patrocinada pelos seguintes órgãos: Poder Executivo, Poder Legislativo e Poder Judiciário." Mas aí de repente muda, agora a Cassems não é mais *patrocinada*, agora fica assim: "As contribuições patronais serão realizadas pelos seguintes órgãos"... E aí tentam fazer crer às pessoas que "isto é uma adequação legislativa". Vejam agora o artigo 17, esse artigo acaba com o fundo de reserva da Cassems e permite a distribuição aos conselheiros, o que até aqui é vedado — isto também foi rejeitado. Por último cito a alteração do artigo 30, uma tentativa de dizer que não haverá mais eleição de maneira indefinida. Mas ora, será que isto é mesmo um benefício? ou será apenas um subterfúgio para mais tarde a equipe dele voltar? Ou será que ele, que usou e abusou dessa prerrogativa absurda de ser eleito por pouquíssimos eleitores titulares (sendo carregados, arrastados), quer dar a entender que é, ele, justamente a pessoa que resolveu o problema?... Ora, como disse, se há pacientes atendidos pela telemedicina, por que então também não podem os segurados votar remotamente nessa reunião, nesses eventos? Desconta-se da contraprestação sem nenhum tipo de gestão pública, de *compliance*, de uma transparência adequada: tudo teatro. Mas ontem os servidores deram um recado: não! Não para tudo.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, para concluir, que o seu tempo já acabou.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para concluir... Não. Não para tudo. Não para o Ayache. Se há algum arrependimento por algum voto dado ontem, não se arrependam, pois ficou claro que vocês têm força para votar. E vocês terão neste parlamentar a pessoa que vai cobrar a abertura da CPI para investigar o emprego desses dez milhões sem prestação de contas, sem transparência. Nós vamos encontrar muita coisa, e não adianta derrubar servidor, cair a luz, ataque hacker: ou vamos encontrar, ou acharemos o rastro do que foi deletado, e alguém será responsabilizado. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda nas Explicações Pessoais, a deputada Gleice Jane. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — sem revisão da oradora — Presidente, minha intervenção é rápida. Eu também estava na assembleia da Cassems ontem, não como deputada mas como professora, servidora, como beneficiária do plano de saúde da Cassems, e pude fazer uso da fala, porque sou também membro desse espaço; e defendo que o debate sobre a Cassems se dê entre os servidores. É comum nós servidores reivindicarmos o direito de lutar por aquilo que é nosso; o que aconteceu ontem na Cassems foi um recado, sim, do servidor para a gestão, como quem diz "não estamos contentes com esse modelo". Pois ontem os servidores deram esse recado,



e acho que a gestão compreendeu o recado; agora, mais do que dar um recado, precisamos fazer um debate sério sobre os rumos da Cassems. A Cassems é apenas um instrumento de saúde, nós precisamos debater a Cassems dentro de uma política séria de saúde, não podemos colocar em risco um plano que foi construído pelos servidores. Então o debate a partir de agora precisa ser técnico, responsável, um debate com todos os servidores. Ontem fiz exatamente esta sugestão, que criemos um fórum permanente de debate, do qual todo servidor possa participar, ninguém fica de fora, um debate no qual sejam respondidos todos os questionamentos. Este é um momento importante, a Cassems é um modelo de plano de saúde sem paralelo no país; ela também é responsável pela organização do debate sobre a saúde e por nos municiar das informações necessárias à discussão, e não só dela Cassems, mas da saúde de um modo geral. Porque temos também uma responsabilidade com o SUS. O que acontece hoje na Cassems não está desvinculado das dificuldades encontradas na saúde em todo o estado, em todo o país. O modelo de saúde vigente hoje no país precisa ser repensado. Nós estamos adoecendo e precisamos discutir por que estamos adoecendo, e como é que vamos prevenir, pois nós não queremos adoecer. Não podemos simplesmente ter um modelo de saúde que traga soluções para as doenças, nós precisamos também pensar numa saúde em que a gente não adoeca. Então, além de pensar a Cassems como instrumento de luta do servidor, precisamos também pensar numa saúde com responsabilidade social, até com uma interferência no próprio SUS. Nós temos de enfrentar as máfias da saúde que estão infiltradas, por exemplo, na indústria farmacêutica. Estamos pagando muito caro por medicamento, os remédios estão sempre aumentando; a inflação da saúde é um problema não só para os planos de saúde, mas obviamente para todo trabalhador, toda a trabalhadora. Então, a Cassems precisa ser esse instrumento, para podermos fazer as denúncias necessárias, organizar as lutas necessárias. Ontem um dos pontos bastante levantados foi o da ausência de médicos especialistas. Por que não temos médicos especialistas em quantidade suficiente para atender toda a população? Há reserva de mercado de todas as outras profissões, por que reserva de médico nós não temos? Então temos de ter políticas capazes de solucionar essa problemática... que não é um problema só da Cassems, é um problema de toda a sociedade e, por conseguinte, do SUS. O que ocorreu ontem na Cassems foi um recado, e não só, como falei, do servidor para a gestão: foi o povo externando seu descontentamento com o modelo que aí está. Não dá para aceitar como resposta a essas falhas o que se vê acontecer aqui no estado de Mato Grosso do Sul, que é a privatização e a terceirização da saúde, porque esse modelo não é bom para nenhum trabalhador. Se como resultado das dificuldades da Cassems, que hoje tanto nos preocupam, nós perdermos esse plano, é lá no SUS que nós vamos cair. Eu como servidora tenho essa consciência, de que se a Cassems não servir para mim, se esse plano não der certo, é o SUS que vai me atender, é o SUS que vai ter que atender o servidor. Mas o SUS também passa pelas mesmas dificuldades, enfrenta os mesmos problemas que enfrentam os planos de saúde. Nós precisamos fazer um debate muito sério sobre os nossos planos de saúde, mas também sobre a saúde no país; e temos de travar um debate profundo acerca desse mistério: por que a inflação da saúde é sempre maior que o reajuste dos nossos salários? por que a inflação da saúde é maior do que todas as outras inflações? Precisamos fazer esse debate com seriedade, precisamos fazer esse enfrentamento junto com a sociedade. Então, ontem, a proposta que fiz — que não foi possível aprofundar diante do clamor que havia — foi no sentido de que é necessário que a Cassems assuma esse debate, que haja um fórum permanente de discussão, e que a gente passe a debater modelos de saúde saudáveis — *saudáveis* financeiramente — para os planos e para o segurado. Precisamos rever esse modelo e as soluções que até aqui viemos oferecendo... E a Cassems pode, junto com o sindicato, junto com os servidores, ser a grande motivadora desse debate, no estado e nacionalmente. Foi então uma proposta que apresentei como servidora e que refaço aqui na



Assembleia, por entender que este é um momento-chave para debatermos a saúde no estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista as PPPs que vêm pela frente, a terceirização, enfim, tendo em vista esses modelos que não são interessantes para a população. Nós temos o SUS, que é um direito de todo trabalhador, que foi uma conquista da população, mas se não houver um cuidado com ele nós podemos perdê-lo também — que o SUS não existe eternamente, ele existe enquanto zelarmos por ele. Então volto a insistir: o problema não é só a Cassems, nós precisamos, aqui na Assembleia Legislativa, ampliar o debate, o debate é sobre a saúde; o debate da Cassems, vamos fazê-lo lá dentro da Cassems, junto com o servidor. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Mais uma vez convidamos para a nossa Cantata de Natal, hoje às 17h30, desejando a todos um Natal com muita alegria em família. Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão (11h46min).